



ADOCIMENTO MENTAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: DESAFIOS DO ENSINO REMOTO E HÍBRIDO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mental Illness and Teacher Training During the COVID-19 Pandemic: Challenges of Remote and Hybrid Learning in Basic Education

Enfermedad mental y formación docente durante la pandemia de COVID-19: desafíos del aprendizaje remoto e híbrido en la educación básica.

Fabiana de Sousa Castelo Branco de Melo Silva¹

RESUMO

A pandemia da COVID-19 provocou mudanças significativas nos sistemas educacionais em todo o mundo, exigindo a adoção do ensino remoto emergencial como estratégia para garantir a continuidade das atividades pedagógicas. Nesse contexto, professores e estudantes passaram a enfrentar desafios relacionados à adaptação tecnológica, à reorganização do trabalho educacional e às consequências psicossociais decorrentes do isolamento social. O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos do ensino remoto na saúde mental dos professores e estudantes da educação básica, bem como discutir as implicações desse processo para a formação docente. A pesquisa caracterizou-se como um estudo longitudinal de abordagem quantitativa e qualitativa, desenvolvido entre os anos de 2020 e 2022. Os resultados evidenciaram o aumento de sintomas relacionados à ansiedade, estresse, sofrimento psíquico e exaustão emocional entre os participantes. Observou-se ainda a utilização de psicotrópicos sem acompanhamento especializado, dificuldades relacionadas ao domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), aumento da carga de trabalho docente e insuficiência de políticas públicas voltadas ao suporte educacional e psicossocial. Conclui-se que a pandemia intensificou fragilidades históricas do sistema educacional brasileiro, ampliando desigualdades sociais e educacionais e evidenciando a necessidade de investimentos em formação continuada, saúde mental e valorização profissional docente.

Palavras-chave: Saúde Mental. Formação Docente. Ensino Remoto. COVID-19. Educação Básica.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic significantly transformed educational systems worldwide, requiring the adoption of emergency remote teaching to ensure educational continuity. In this context, teachers and students faced challenges related to technological adaptation, work reorganization, and psychosocial consequences resulting from social isolation. This study aimed to analyze the impacts of remote teaching on the mental health of teachers and students in basic education and to discuss its implications for teacher education. The research was characterized as a longitudinal study with quantitative and qualitative approaches conducted between 2020 and 2022. The results revealed increased symptoms of anxiety, stress, emotional exhaustion, and psychological distress among participants. Difficulties related to Information and Communication Technologies (ICTs), increased workload, and insufficient public support policies were also identified. The findings indicate that the pandemic intensified structural inequalities within Brazilian education, highlighting the need for investments in continuing teacher education, mental health support, and professional appreciation.

Keywords: Mental Health. Teacher Education. Remote Teaching. COVID-19. Basic Education.

RESUMEN

La pandemia de COVID-19 ha provocado cambios significativos en los sistemas educativos a nivel mundial, lo que ha requerido la adopción de la enseñanza remota de emergencia como estrategia para garantizar la continuidad de las actividades pedagógicas. En este contexto, docentes y estudiantes se han enfrentado a desafíos relacionados con la adaptación tecnológica, la reorganización del trabajo educativo y las consecuencias psicosociales del aislamiento social. Este estudio tuvo como objetivo analizar los impactos de la enseñanza remota en la salud mental de docentes y estudiantes de educación básica, así como discutir las implicaciones de este proceso para la formación docente. La investigación se caracterizó como un estudio longitudinal con un enfoque cuantitativo y cualitativo, desarrollado entre 2020 y 2022. Los resultados mostraron un aumento de los síntomas relacionados con la ansiedad, el estrés, el malestar psicológico y el agotamiento emocional entre los participantes. El estudio también observó el uso de fármacos psicotrópicos sin supervisión especializada, dificultades relacionadas con el dominio de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC), un aumento de la carga docente y políticas públicas insuficientes dirigidas al apoyo educativo y psicosocial. Se concluye que la pandemia intensificó las debilidades históricas del sistema educativo brasileño, ampliando las desigualdades sociales y educativas y resaltando la necesidad de invertir en formación continua, salud mental y desarrollo profesional docente.

Palabras clave: Salud mental. Formación docente. Enseñanza a distancia. COVID-19. Educación básica.

¹Graduada em Pedagogia e Psicologia pela UFCG; Graduada em Ciências Sociais pela UNICSUL; Graduada em Medicina Veterinária pela UNIFIP; Especialização em Psicopedagogia Clínica pela UCDB; Especialização em Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico pela FAVED; Especialização em Neuropsicologia pela FADYC; Mestrado em Ciências Sociais pela UFCG; Doutorado em Educação pela UNADES.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento do vírus SARS-CoV-2 na cidade chinesa de Wuhan ao final do ano de 2019 desencadeou uma crise sanitária de proporções globais que alterou severamente as dinâmicas sociais, econômicas e institucionais em todo o mundo, conforme apontam remetentes da literatura médica internacional. Diante do alto grau de virulência, contágio e letalidade apresentado pelo patógeno, governos de diferentes nações viram-se obrigados a adotar medidas extremas de isolamento social e quarentena como os únicos mecanismos viáveis para mitigar a velocidade de transmissão e evitar o colapso total das estruturas hospitalares e das unidades de terapia intensiva, conforme exaustivamente documentado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020).

No âmbito educacional brasileiro, a interrupção abrupta das atividades presenciais nas escolas públicas de educação básica demandou uma reinvenção forçada e imediata de todo o sistema de ensino-aprendizagem. Para assegurar a continuidade do ano letivo e minimizar os prejuízos pedagógicos decorrentes do fechamento dos prédios escolares, o Ministério da Educação (MEC, 2020a) normatizou a substituição das aulas presenciais por atividades mediadas ou não por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), instituindo legalmente o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Esta transição compulsória impôs a docentes e discentes a necessidade urgente de desenvolver novas habilidades técnicas e operacionais para lidar com plataformas virtuais de aprendizagem. Contudo, a implementação dessas diretrizes pedagógicas ocorreu em um cenário marcado por profundas assimetrias estruturais, desvelando a existência de um contingente considerável de profissionais que enfrentavam sérias limitações no manuseio de equipamentos eletrônicos modernos. Adicionalmente, grande parte do alunado da rede pública enfrentou severos obstáculos financeiros para acompanhar as atividades síncronas e assíncronas devido à ausência de dispositivos adequados e de conexões estáveis à internet.

Para além das barreiras tecnológicas e operacionais, a transferência do espaço de trabalho para o ambiente doméstico promoveu uma sobreposição sem precedentes entre as esferas da vida privada e profissional dos educadores. O aumento substancial da carga horária laboral, a necessidade de autofinanciamento das ferramentas de trabalho e a exigência de manutenção de altos índices de produtividade em meio a um cenário de medo e luto coletivo atuaram como potentes catalisadores para a degradação da saúde mental desses trabalhadores.

Diante deste panorama, o objetivo central deste estudo consiste em analisar o processo de adoecimento mental e as condições de formação dos profissionais da educação no transcurso dos anos de 2020 a 2022. Busca-se

compreender de que maneira a ausência de amparo estatal e as disparidades socioeconômicas estruturais do sistema capitalista agravaram o sofrimento psíquico dos docentes e aprofundaram a exclusão escolar no interior da Paraíba.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pandemia, Saúde e Educação no Contexto Nacional

As crises sanitárias provocadas por surtos epidemiológicos ao longo da história humana sempre evidenciaram a vulnerabilidade das estruturas sociais e a dependência de respostas coordenadas por parte do poder público, conforme contextualiza Barata (2006). Na conjuntura da pandemia da COVID-19, Pasini et al. (2020) destacam que o isolamento domiciliar e o trabalho em modalidade de home office, embora fundamentais para conter a propagação viral, alteraram de maneira substancial a rotina das famílias brasileiras. As instituições escolares, historicamente reconhecidas como espaços fundamentais de socialização e compartilhamento de vivências culturais, viram suas funções restritas a transmissões de dados em telas digitais, conforme pontuam Santos, Vargas e Vargas (2020).

De acordo com as análises literárias de Almeida (2019) sobre a história da educação nacional, o fechamento prolongado das escolas e a posterior adoção do modelo híbrido de ensino evidenciaram distorções históricas na distribuição de recursos entre as redes pública e privada. Enquanto as instituições particulares conseguiram restabelecer seus cronogramas com maior agilidade em virtude do aporte financeiro de suas clientelas, as escolas públicas estaduais e municipais sofreram com a escassez de infraestrutura básica, insumos sanitários e suporte técnico institucionalizado.

A tentativa governamental de mitigar as perdas acadêmicas por meio de teleaulas transmitidas por canais abertos de televisão e da distribuição de apostilas impressas revelou-se insuficiente para preencher o fosso educacional gerado pelo distanciamento. Conforme apontam Silva e Silva (2021) sobre as políticas educacionais, a imposição de um modelo pedagógico fortemente dependente de infraestrutura tecnológica privada em um país marcado pela desigualdade de classes culminou na exclusão sistemática dos estudantes oriundos das camadas mais vulneráveis da população, consolidando um panorama de ensino defasado.

2.2 Formação de Professores e o Uso das TDIC

A formação continuada para o uso de tecnologias digitais sempre figurou de maneira marginal nas políticas públicas direcionadas à valorização do magistério na educação básica. Saviani (2008) argumenta que a erupção da crise pandêmica expôs a fragilidade dessa preparação, uma vez que os docentes foram compelidos a transitar do ensino puramente presencial para os ambientes virtuais sem o devido tempo de apropriação conceitual e metodológica das ferramentas informacionais.

Estudos focados no desenvolvimento profissional docente, como os de Pereira et al. (2020), indicam que a mera disponibilização de plataformas eletrônicas não assegura a consolidação do processo de ensino-aprendizagem. Os educadores, especialmente aqueles pertencentes a faixas etárias mais avançadas e com menor familiaridade com o universo digital, foram submetidos a um processo de cobrança institucional que desconsiderou suas limitações formativas. A ausência de programas públicos consistentes e eficientes de letramento digital resultou em práticas pedagógicas fragmentadas, em que muitos profissionais se limitaram a reproduzir conteúdos descontextualizados ou a encaminhar materiais idênticos e desconexos para diferentes turmas e séries.

Adicionalmente, as análises críticas sobre o trabalho docente ressaltam que a transição para o modelo remoto representou uma privatização dos custos operacionais da escola pública. Os professores assumiram, de forma individual e com recursos financeiros próprios, as despesas relacionadas à ampliação da velocidade de redes de internet, aquisição de computadores modernos, microfones, câmeras e adaptação física de suas habitações para transformá-las em estúdios de gravação. Essa realidade gerou um ambiente propício para o desenvolvimento do sentimento de frustração frente às cobranças por metas de produtividade desvinculadas das reais condições objetivas de trabalho.

2.3 Saúde Mental e Trabalho Docente

A atividade docente na educação básica é historicamente classificada pela literatura especializada como uma das profissões mais expostas a riscos psicossociais e a processos severos de desgaste físico e mental (ESTEVE, 1999). No decorrer do século XXI, o adoecimento psíquico de professores já se manifestava de forma endêmica nas redes públicas de ensino, registrando índices alarmantes de absenteísmo e afastamentos definitivos motivados por transtornos de ansiedade, episódios depressivos e pela Síndrome de Burnout (CODO, 2006). Contudo, a eclosão da pandemia da COVID-19 operou como um elemento potencializador dessas patologias, alterando drasticamente a ecologia do trabalho pedagógico (DIAS; PINTO, 2020).

Pesquisadores que discutem a psicopatologia do trabalho, a exemplo de Dejours (2015), ressaltam que a saúde mental do trabalhador está diretamente condicionada à preservação de fronteiras nítidas entre o espaço laboral e o espaço de descanso. No modelo do Ensino Remoto Emergencial (ERE), essa separação foi completamente extinta, uma vez que a residência do professor foi convertida em ambiente de trabalho e os aplicativos de mensagens instantâneas passaram a ser canais de cobrança institucional ininterrupta (SOUZA; LEITE, 2021). O imperativo de demonstrar um estado de constante produtividade técnica e equilíbrio emocional diante de gestores e alunos — em um cenário dominado pelo medo do contágio biológico e pelo luto coletivo —, configurou o que a literatura qualifica como uma sobrecarga psicossocial extrema (HYPOLITO, 2020).

No segmento das mulheres educadoras, as assimetrias de gênero agravaram severamente esse panorama de sofrimento psíquico. Conforme discutem Hirata e Kergoat (2007) sobre a divisão sexual do trabalho, a

reconfiguração doméstica imposta pela crise sanitária forçou as professoras a conciliar, simultaneamente, as metas contratuais e pedagógicas da escola, a administração integral da rotina doméstica, o cuidado com familiares enfermos e o acompanhamento pedagógico direto do desenvolvimento escolar de seus próprios filhos. Essa sobreposição de jornadas atuou de forma decisiva para a cronificação do estresse, acelerando processos de somatização física e consolidando um quadro de adoecimento mental massivo no funcionalismo público educacional (DUARTE et al., 2020).

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo longitudinal de abordagem mista, quantitativa e qualitativa, realizado entre os anos de 2020 e 2022, abrangendo os períodos de ensino remoto emergencial e de transição para o ensino híbrido. A pesquisa foi desenvolvida no município de Campina Grande, Paraíba, importante centro urbano do interior do estado. A população do estudo foi composta por professores da rede pública estadual de ensino e estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio. A amostra foi constituída por adesão voluntária, mediante participação em questionários disponibilizados em formato online.

Foram incluídos na pesquisa docentes em exercício profissional durante o período investigado, vinculados à rede estadual de ensino, bem como estudantes que frequentavam regularmente as atividades educacionais remotas ou híbridas. Foram excluídos os questionários incompletos e aqueles respondidos por participantes que não atendiam aos critérios estabelecidos para o estudo.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários estruturados elaborados na plataforma Google Forms. O instrumento destinado aos docentes contemplou informações sociodemográficas, condições de trabalho, saúde mental, utilização de medicamentos psicotrópicos, acesso a acompanhamento especializado e percepção acerca da formação tecnológica recebida durante a pandemia. O questionário aplicado aos estudantes investigou dificuldades relacionadas ao ensino remoto e híbrido, acesso às tecnologias digitais, manifestações de sofrimento emocional e busca por assistência em saúde.

Os dados quantitativos foram submetidos à análise estatística descritiva com auxílio do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), sendo calculadas frequências absolutas e relativas das variáveis investigadas. Os dados qualitativos, obtidos por meio das questões abertas, foram analisados pela técnica de análise de conteúdo com suporte de ferramentas *Computer-Aided Qualitative Data Analysis Software* (CAQDAS), possibilitando a identificação de categorias temáticas relacionadas ao sofrimento psíquico, à sobrecarga de trabalho docente e aos desafios educacionais enfrentados durante a pandemia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil Educacional e Condições Laborais dos Docentes

A análise dos dados censitários amostrais revelou que a maioria expressiva dos profissionais respondentes atuava diretamente na regência de classes da educação básica estadual. No que se refere ao nível de titulação acadêmica formal do corpo docente entrevistado, observou-se que 55% dos profissionais possuíam cursos de pós-graduação em nível de especialização lato sensu. Adicionalmente, 11% haviam concluído o mestrado acadêmico, 10% detinham o título de doutor e 3% possuíam estágio de pós-doutorado, totalizando um expressivo contingente de 79% de professores com formação continuada em nível de pós-graduação. O restante da amostra (21%) era composto por profissionais graduados, evidenciando um corpo técnico altamente qualificado do ponto de vista formal, o que contrasta de maneira acentuada com as condições precárias de trabalho ofertadas pelo Estado durante a crise sanitária.

No tocante à preparação tecnológica fornecida para o enfrentamento das exigências pedagógicas virtuais, os resultados evidenciaram uma grave lacuna nas políticas de apoio ao docente. Quando questionados se haviam recebido treinamentos adequados e suficientes para a operacionalização das plataformas digitais adotadas pelas escolas, apenas 31% dos professores responderam de maneira afirmativa. Um contingente de 16% afirmou categoricamente não ter recebido nenhuma espécie de instrução técnica, enquanto a maioria, correspondente a 53% dos respondentes, declarou que o suporte governamental ocorreu apenas de forma parcial.

Essa insuficiência formativa contribuiu diretamente para a ocorrência de distorções no processo pedagógico. Sem diretrizes claras e capacitação de qualidade, as práticas docentes nas escolas estaduais fragmentaram-se, gerando um modelo de ensino em que os conteúdos eram transmitidos de forma desconexa através de videoaulas idênticas encaminhadas a turmas de diferentes níveis de amadurecimento cognitivo, penalizando o desenvolvimento intelectual dos estudantes.

A precariedade do trabalho remoto na rede pública estadual de Campina Grande é agravada pela total ausência de subsídios financeiros para a manutenção das atividades domiciliares. A pesquisa constatou de forma unânime que os profissionais não receberam qualquer tipo de ajuda de custo pecuniária por parte do poder público para cobrir as despesas adicionais com energia elétrica, pacotes de dados de internet e aquisição de computadores adequados para a transmissão das aulas. Essa falta de amparo material comprometeu diretamente a qualidade do Ensino Remoto Emergencial (ERE), visto que muitos educadores se viram obrigados a lecionar utilizando dispositivos defasados ou obsoletos, recorrendo quase exclusivamente ao envio mecânico de arquivos textuais e atividades xerografadas na tentativa de preencher a carga horária exigida.

4.2 Sintomatologia e Adoecimento Psíquico do Corpo Docente

Os dados quantitativos referentes ao estado de saúde mental dos educadores da rede estadual durante o período pandêmico descortinaram um panorama alarmante de sofrimento e somatização clínica. Ao serem instados a selecionar as manifestações biopsicossociais experimentadas no decorrer dos

anos de 2020 a 2022, permitindo-se a escolha de múltiplas opções devido à complexidade do quadro clínico, as frequências relativas obtidas revelaram a gravidade do cenário.

A ansiedade figurou como o sintoma prevalente mais reportado, atingindo a marca de 65,80% de toda a amostra docente. Na sequência das manifestações psíquicas e emocionais mais recorrentes, registraram-se índices expressivos de irritabilidade crônica (42,10%), tensão muscular e psicológica generalizada (39,50%) e fobia social caracterizada pelo medo patológico de sair do ambiente doméstico (31,60%). Os transtornos depressivos formais foram indicados por 15,80% dos profissionais pesquisados.

Além do sofrimento estritamente psíquico, o estudo revelou que as pressões laborais e existenciais se manifestaram de forma somática no organismo dos professores. Foram registrados relatos significativos de arritmias cardíacas e sensações de coração acelerado (21,10%), crises de falta de ar de cunho psicogênico (15,80%), tremores corporais involuntários (15,80%), episódios de suor excessivo (15,80%) e náuseas recorrentes (10,50%). A toracalgia, caracterizada por dores agudas na região do peito, foi mencionada por 15,80% dos participantes. Nas respostas às perguntas abertas de cunho qualitativo, os educadores detalharam ainda a incidência severa de dores nas regiões lombar e cervical decorrentes da inadequação ergonômica das jornadas em frente às telas, além do surgimento de alergias dermatológicas emocionais e crises profundas de solidão vinculadas ao cumprimento rigoroso do distanciamento social. Apenas 23,70% dos entrevistados afirmaram não ter apresentado qualquer tipo de sintoma patológico durante o transcorrer da crise sanitária.

O contraste mais impressionante evidenciado pela pesquisa reside na desproporção entre a incidência de sintomas agudos e a busca por assistência médica ou psicológica qualificada. Apesar de mais de 76% da amostra apresentar sinais clínicos nítidos de sofrimento psíquico, uma parcela minoritária buscou suporte de profissionais especializados na área de saúde mental. Esse fenômeno liga-se diretamente à sobrecarga de tempo e à carência de redes públicas estruturadas de acolhimento psicopedagógico ao trabalhador.

O reflexo desse isolamento terapêutico manifestou-se no consumo elevado e indiscriminado de fármacos potentes. Os resultados estatísticos indicaram que um volume considerável de professores passou a fazer uso diário de psicotrópicos, com destaque para antidepressivos inibidores seletivos da recaptação de serotonina, como a Fluoxetina, além de ansiolíticos de tarja preta altamente indutores de dependência química, como o Alprazolam e o Clonazepam, associados ao uso de antipsicóticos com efeito sedativo, como a Quetiapina, e hormônios reguladores do sono, como a Melatonina. O dado mais preocupante revelado pela análise das respostas foi a constatação de que parte expressiva desse consumo medicamentoso ocorreu por meio da automedicação, ou seja, sem a devida prescrição de um médico psiquiatra e sem o acompanhamento psicoterápico complementar, elevando os riscos de agravamento dos quadros clínicos a médio e longo prazo.

4.3 O Cenário do Alunado: Dificuldades e Sofrimento no Ensino Médio

O mapeamento realizado com os estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual de Campina Grande evidenciou que os impactos da crise sanitária sobre a juventude vulnerável foram igualmente devastadores. No tocante ao perfil de identidade social, a pesquisa identificou que as crenças religiosas dos estudantes exerciam um papel importante nas formas de enfrentamento das adversidades cotidianas. A categorização revelou uma forte presença de estudantes vinculados à Igreja Católica e, de forma crescente, a confissões Protestantes de vertente evangélica. A análise sociológica desses dados indica que a filiação religiosa funcionou, em muitos casos, como uma lente ideológica por meio da qual os problemas de saúde mental eram interpretados, ocorrendo frequentemente a conceituação de transtornos psíquicos severos como se fossem disfunções ou provações de ordem puramente espiritual, o que tendeu a retardar a procura por diagnósticos clínicos e tratamentos médicos adequados.

Ao investigarem-se as barreiras concretas vivenciadas pelos discentes durante a pandemia, os resultados quantitativos (baseados em respostas de múltipla escolha) consolidaram as seguintes frequências absolutas de queixas:

Os problemas de ordem estritamente emocional lideraram o ranking de dificuldades, acumulando um total expressivo de 610 respostas válidas; O adoecimento físico de familiares infectados pelo vírus SARS-CoV-2 foi apontado em 380 respostas; Transtornos de conduta alimentar desencadeados pelo estresse do isolamento (incluindo surtos de compulsão alimentar, episódios de bulimia, anorexia nervosa e variações abruptas de ganho ou perda de peso corporal) computaram 340 indicações; A incapacidade pedagógica de adaptação às rotinas e metodologias exclusivas do sistema remoto foi registrada em 340 respostas; A experiência do luto decorrente da perda de parentes próximos vitimados pela doença somou 310 assinalações; As crises de ordem financeira e a perda de renda familiar no ambiente doméstico registraram 310 ocorrências; Problemas psicológicos formais contabilizaram 290 respostas; A exclusão digital extrema, caracterizada pela ausência total de equipamentos eletrônicos ou pela completa falta de acesso a conexões de internet em suas residências, foi apontada de forma direta por 190 estudantes; Apenas uma parcela irrisória de 20 indivíduos relatou ter transcorrido pelo período pandêmico sem enfrentar nenhum tipo de obstáculo material ou emocional.

No âmbito da sintomatologia clínica apresentada pela juventude estudantil, os dados estatísticos revelaram quadros ainda mais intensos do que os observados no funcionalismo docente. A manifestação patológica mais reportada pelos alunos foi a síndrome do pânico, caracterizada pelo medo incapacitante de sair de casa e pela agorafobia, totalizando 860 respostas afirmativas. Em seguida, manifestaram-se índices elevados de ansiedade generalizada (740 respostas), irritabilidade crônica acompanhada por transtornos severos de humor (370 respostas), episódios de arritmia cardíaca somática (320 respostas), transtornos depressivos (240 respostas), crises de falta de ar (240 respostas) e estados de tensão física constante (240 respostas). Sintomas como tremores (200), dores agudas no peito (190), fobias específicas

(160), suor excessivo (150), náuseas (150) e boca seca (140) completaram o espectro de somatização dos jovens. Apenas 40 respostas indicaram a ausência de manifestações fora dos padrões de normalidade.

Seguindo o mesmo comportamento de vulnerabilidade observado nos professores, a imensa maioria dos discentes (70%) declarou não ter buscado nenhum tipo de assistência profissional médica ou psicológica para tratar os sintomas descritos. Somente 15% conseguiram atendimento com psicólogos e apenas 7% passaram por consultas com médicos psiquiatras, enquanto 8% recorreram a outras especialidades médicas como clínicos gerais e cardiologistas na tentativa de sanar os sintomas somáticos de arritmia e dor torácica.

Essa barreira no acesso à saúde mental institucionalizada impulsionou, de forma semelhante, o uso de psicotrópicos potentes na esfera doméstica. A pesquisa apurou que 3% dos estudantes do Ensino Médio faziam uso contínuo de Fluoxetina e cerca de 1% ingeria Clonazepam de forma regular, evidenciando que a medicalização do sofrimento psíquico atingiu as camadas mais jovens da comunidade escolar, frequentemente sem as diretrizes de um acompanhamento terapêutico sistemático.

4.4 Retorno às Aulas e a Perpetuação das Desigualdades Estruturais

O avanço das campanhas de vacinação em massa no território nacional propiciou o afrouxamento gradual das medidas restritivas e o início do planejamento de retorno às atividades escolares presenciais. Contudo, esse processo de transição reabriu debates profundos sobre a segregação socioespacial e de classes que estruturam o modelo educacional brasileiro sob a égide do capitalismo, conforme problematiza Saviani (2008). As escolas da rede privada de ensino, amparadas por mensalidades e recursos de capital, figuraram como as primeiras a restabelecer o atendimento presencial pleno para suas clientelas. Por outro lado, as instituições públicas estaduais enfrentaram um retorno lento, marcado inicialmente pelo modelo híbrido e condicionado por severas limitações orçamentárias e estruturais para a garantia de protocolos básicos de biossegurança.

A distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) nas escolas públicas de Campina Grande foi classificada pelos professores como irregular e deficitária. Embora insumos fundamentais como o álcool em gel 70% e máscaras de proteção tenham sido disponibilizados de forma parcial, a infraestrutura das salas de aula permaneceu inadequada. Fatores de engenharia sanitária básica, como a instalação de divisórias acrílicas nos balcões de atendimento e a garantia de distanciamento físico adequado entre as carteiras dos estudantes, não foram concretizados na rede pública devido à escassez de espaço físico e de verbas governamentais. Essa carência gerou um sentimento de insegurança e medo contínuo entre os educadores, que temiam o contágio e a transmissão para seus familiares, especialmente aqueles que possuíam comorbidades clínicas de base.

As consequências pedagógicas e psicológicas do isolamento prolongado tornaram-se visíveis no espaço escolar com a retomada das aulas

presenciais a partir do ano de 2022. Docentes relataram a ocorrência frequente de crises de ansiedade coletiva e episódios de histeria entre os estudantes dentro das salas de aula, revelando a fragilidade psíquica dos jovens diante do reencontro social. Do ponto de vista cognitivo, observou-se um severo declínio nos índices de aprendizagem e de apropriação dos conteúdos curriculares básicos decorrente das falhas estruturais do ensino remoto.

A constatação desse déficit de aprendizagem gerou nos alunos e professores um sentimento profundo de frustração e desestímulo ao retornarem para um ambiente escolar multifacetado e desprovido de atrativos tecnológicos, em que os únicos recursos didáticos disponíveis na esmagadora maioria das unidades escolares se resumiam a carteiras gastas, quadros negros e pincéis anatômicos. Assim, a pandemia operou como um poderoso vetor de legitimação e perpetuação das desigualdades sociais e econômicas, demonstrando que as crises de saúde pública afetam de forma assimétrica a classe trabalhadora menos favorecida, cuja população sofre de forma acelerada com o adoecimento mental institucionalizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação longitudinal desenvolvida no município de Campina Grande permitiu traçar um diagnóstico sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na estrutura educacional e na saúde mental coletiva de professores e estudantes. Evidenciou-se que o Ensino Remoto Emergencial e o posterior modelo híbrido foram implementados sem a devida sustentação técnica, financeira e pedagógica por parte dos órgãos governamentais, transferindo para o indivíduo os custos e as responsabilidades pela manutenção de um serviço público essencial. A qualificação acadêmica do corpo docente não foi suficiente para conter os efeitos da falta de investimentos estatais na infraestrutura das escolas e na oferta de capacitações tecnológicas eficientes.

Os resultados demonstram que o sofrimento psíquico manifestou-se por meio de índices de ansiedade, depressão e somatizações físicas tanto no corpo docente quanto no alunado do Ensino Médio. A medicalização por meio do uso de psicotrópicos sem o devido acompanhamento clínico especializado aponta para a ausência de políticas públicas estruturadas voltadas à saúde mental do trabalhador e do estudante da rede pública. A baixa procura por tratamentos especializados indica um cenário em que as patologias tendem a se cronificar, o que poderá resultar em uma elevação futura nas taxas de absenteísmo, afastamentos definitivos por licenças médicas e prejuízos orçamentários às instituições de ensino decorrentes da necessidade de contratação emergencial de novos profissionais para suprir o desfalque do quadro técnico.

Por fim, o estudo ressalta que a crise sanitária não inaugurou as desigualdades educacionais, mas atuou como um elemento catalisador que escancarou e aprofundou a segregação de classes no Brasil. Enquanto as redes privadas mantiveram padrões de continuidade pedagógica, a comunidade escolar pública foi marginalizada, enfrentando a exclusão digital e a precarização das condições de ensino. Ademais, o cenário pandêmico revelou fraturas no campo do conhecimento científico, evidenciadas pela recusa vacinal e pela

adesão a discursos negacionistas por parcelas da população, o que reflete as limitações históricas no processo de alfabetização científica promovido pelas instâncias formais de ensino. Torna-se imperativo, portanto, o desenvolvimento de políticas públicas integradas que articulem a valorização do magistério, o acolhimento psicossocial contínuo nas escolas e o investimento em infraestrutura tecnológica democrática como caminhos fundamentais para a superação das sequelas deixadas por esse período histórico.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Tatiani M. Garcia de. **História da Educação no Brasil**. Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Núcleo de Educação a Distância. MOOC'S, 2019.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Epidemias. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, vol. 9, n. 1, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília: MEC, 2020a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 5/2020, de 28 de abril de 2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: CNE, 2020b.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

CODO, Wanderley (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DIAS, Alfrancio Ferreira; PINTO, Antonio da Silva. O trabalho docente em tempos de pandemia: da presencialidade ao ensino remoto emergencial. **Revista Práxis Educacional**, v. 16, n. 41, p. 553-571, 2020.

DUARTE, Adriana Maria Cancelli *et al.* O trabalho docente na educação básica em tempos de pandemia. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 593-614, 2020.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru: EDUSC, 1999.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-607, 2007.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente, classe operária e a pandemia. **Trabalho Necessário**, v. 18, n. 37, p. 01-19, 2020.

PASINI, C. G. et al. A educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades do ensino remoto emergencial. **Revista de Estudos em Educação**, v. 6, n. 2, p. 102-118, 2020.

PEREIRA, A. S. et al. Ensino remoto emergencial no ensino superior: uma análise dos impactos na formação docente. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 10, p. 225-242, 2020.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS Revista Científica**, vol. 10, p. 147-167. Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil, 2008.

SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos; VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet; VARGAS, Gabriela Caceres Riet. Educação em tempos de pandemia: uma narrativa da gripe espanhola à COVID-19. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, Volume 6, Nº 2, Jan-Jun 2020.

SILVA, Maria José Sousa da; SILVA, Raniele Marques da. Educação e ensino remoto em tempos de pandemia: desafios e desencontros. In: **E-book VII CONEDU (Conedu em Casa)** - Vol 03. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

SOUZA, Kátia Reis de; LEITE, Jussara Cruz. Trabalho remoto docente em tempos de pandemia: a saúde em xeque. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, e00309141, 2021.